



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 19, DE 2020
(Da Sra. Alê Silva)

Dispõe sobre o direcionamento de verba referente ao auxílio-moradia para ações de combate a doenças infectocontagiosas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PRC-329/2006.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2020

(Da Sra. ALÊ SILVA)

Dispõe sobre o direcionamento de verba referente ao auxílio-moradia para ações de combate a doenças infectocontagiosas.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O Deputado que fizer jus ao auxílio-moradia, nos termos do Ato da Mesa nº 104, de 1º de dezembro de 1988, poderá renunciá-lo, indicando o direcionamento da verba para ações de combate a doenças infectocontagiosas.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados deverá enviar o recurso ao órgão de saúde pública indicado pelo Deputado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente o mundo sofre de uma pandemia causada pelo coronavírus Sars-Cov-2, que provoca a Síndrome Respiratória Aguda Grave – SARS, ocasionando a doença denominada Covid-19.

Entretanto, antes dessa pandemia, outros vírus que provocam infecções respiratórias já assolaram a humanidade, como é o caso da gripe espanhola, considerada por muitos especialistas como a mãe das pandemias, que surgiu no ano de 1918 e foi provocada pelo vírus influenza do tipo A H1N1. A gripe espanhola contaminou mais de 500 milhões de pessoas e provocou entre 17 a 50 milhões de mortes. Estima-se que apenas no Brasil tenha matado ao menos 35 mil pessoas.

Mais recentemente, no ano de 2009, tivemos a gripe suína, provocada por uma variação extremamente violenta do vírus H1N1, que se originou no México e espalhou para mais de uma centena países, provocando a primeira pandemia do século XXI, com milhares de mortes.

Nos dias atuais os riscos de pandemia são maiores, tendo em vista a capacidade de deslocamento de forma rápida das pessoas entre os continentes, o que ajuda a levar agentes patogênicos de uma localidade para outra. Além disso, o ser humano invade cada vez mais a natureza, entrando em contato com animais que hospedam vírus ainda desconhecidos.

Assim, como forma de prestar auxílio financeiro a órgãos de saúde que atuam no combate a doenças infectocontagiosas, propomos o presente Projeto de Resolução, na firme convicção de estarmos contribuindo na busca pela cura dessas doenças e com o objetivo de salvar vidas.

Sala das Sessões, em de de 2020.



ALÊ SILVA
Deputada Federal-MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

ATO DA MESA Nº 104, DE 1988

Dispõe sobre a concessão de auxílio-moradia,
nas condições que especifica.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, nos termos do art. 14 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º É facultada, em caráter temporário, a concessão de auxílio-moradia ao deputado, em exercício, não contemplado com unidade residencial funcional pela Câmara dos Deputados.

Art. 2º O Auxílio-Moradia constitui-se no reembolso mensal da despesa comprovada com moradia ou estada do Deputado no Distrito Federal, dentro dos limites fixados neste Ato.

Parágrafo único. A comprovação da despesa será feita mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo estabelecimento hoteleiro prestador dos serviços, referente à diária do hotel ou através de recibo emitido pelo locador do imóvel objeto do contrato de locação. [*\(Artigo com redação dada pelo Ato da Mesa nº 34, de 31/3/1992 e transformado em § 1º pelo Ato da Mesa nº 41, de 30/6/1992\)*](#)

§ 2º Os comprovantes da despesa deverão ser entregues à Coordenação de Habitação do dia 10 ao dia 15 de cada mês. [*\(Parágrafo acrescido pelo Ato da Mesa nº 41, de 30/6/1992\)*](#)

§ 3º A não-comprovação da despesa, a partir de 2 de fevereiro de 1993, implicará desconto do imposto de renda, na forma da lei. [*\(Parágrafo acrescido pelo Ato da Mesa nº 76, de 14/4/1993, produzindo efeitos a partir de 2/2/1993\)*](#)

§ 4º O Deputado poderá, mediante requerimento próprio, complementar o valor do reembolso previsto no *caput* deste artigo em até R\$1.747,00 (um mil, setecentos e quarenta e sete reais), por meio de compensação na cota de que trata o Ato da Mesa n. 43, de 2009, observado o saldo disponível. [*\(Parágrafo acrescido pelo Ato da Mesa nº 58, de 17/9/2015, em vigor a partir de 1/10/2015\)*](#)

Art. 3º A partir do mês de março de 1993, o valor do Auxílio-Moradia fixado no Ato da Mesa nº 65, de 1993, será reajustado pelo IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, do mês anterior. [*\(Artigo com redação dada pelo Ato da Mesa nº 76, de 14/4/1993, produzindo efeitos a partir de 2/2/1993\)*](#)

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das reuniões, 1º de dezembro de 1988.

ULYSSES GUIMARÃES,
Presidente da Câmara dos Deputados.

FIM DO DOCUMENTO